

As religiões afro-brasileiras: uma possibilidade de abordagem na educação formal

*Religions afro-brazilian: an approach of the possibility in
formal education*

Frederico Alves Mota*

Resumo

O presente artigo resulta de uma pesquisa qualitativa realizada com 116 estudantes do 9º ano nos anos finais da educação básica em 2015. Nosso objetivo foi investigar como os alunos dialogam com aspectos da cultura afro-brasileira, em especial o seu viés religioso. Além da aplicação dos questionários, o estudo foi orientado por uma revisão bibliográfica acerca da importância da religião na preservação da cultura afro-brasileira. Os resultados da análise apontam que a forma como a temática vem sendo trabalhada pela disciplina História permite a existência de lacunas que comprometem a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais em prol de uma educação para a autonomia, cidadania e respeito à diversidade. Os dados coletados foram analisados em diálogo com os estudos sobre representações sociais.

Palavras-chave

Religião afro-brasileira. Escola pública. Minas Gerais.

Abstract

This article results from a qualitative survey of 116 students in 9th grade in the final years of basic education in 2015. Our aim was to investigate how students dialogue with aspects of african-Brazilian culture, especially its bias religious. In addition to the questionnaires the study was guided by a literature review about the importance of religion in preserving Brazilian african culture. The analysis results show that the way the issue has been worked out by the discipline History allows gaps that compromise proposal of the National Curriculum Guidelines in favor of an education for

* Mestre em História Social e professor da educação básica da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Desenvolve pesquisas no campo da História cultural com ênfase nos estudos das representações sociais. E-mail: fred.historia@yahoo.com.br

autonomy, citizenship and respect for diversity. The collected data were analyzed in dialogue with the studies on social representations.

Keywords

Religion african-brazilian. Public school. Minas Gerais.

Introdução

Você entendeu porque não podemos frequentar esses centros e terreiros? Entendeu porque não devemos nos meter nestas questões de bruxos e feiticeiros? Nem mesmo por brincadeira? Nem mesmo por folclore? Nem mesmo sob a alegação de que se trata de “Cultura afro”?

A citação acima foi retirada da obra *Sim Sim! Não Não!*, de autoria do líder carismático Monsenhor Jonas Abib. O livro é considerado um *best-seller* da literatura carismática, pois vendeu aproximadamente 400 mil cópias antes de ser proibido pelo Ministério Público devido ao seu teor altamente ofensivo à cultura religiosa afro-brasileira¹. Ao mencionarmos tal obra, chamamos a atenção para as possibilidades do ensino de História por meio da pesquisa, tendo em vista a importância de se historicizar a cultura afro-brasileira, tão citada e exaltada no espaço da educação formal. A citação é parte da obra publicada em 2003 e nos chama a atenção para as formas pelas quais os preconceitos se revelam retomando antigas representações arraigadas no imaginário social brasileiro².

Entendemos que problematizar aspectos da cultura afro-brasileira no espaço da educação formal associando-a à prática da pesquisa traz para a sala de aula elementos importantes na construção da compreensão e do

¹ Para mais detalhes, ver: MOTA, F. A.; CALEIRO, R. C. A Renovação Carismática Católica e o discurso de exclusão e preconceito contra as práticas religiosas afro-brasileiras. *Revista Caminhos da História*, v. 11, n. 1, 2006.

² O autor Bronislaw Bazcko (1985) estabelece uma definição em que o imaginário social é entendido como parte do sistema simbólico que toda sociedade constrói. Os elementos que constituem as identidades estabelecem um lugar a ser ocupado, assim como os papéis a serem encenados pelos atores sociais. Cria-se, portanto, uma espécie de imagem global em que cada sujeito tem um lugar no qual foi investido. A elaboração desse processo acaba por eleger formas de difundir as representações assim como os grupos e instituições responsáveis por zelar pela manutenção dessa ordem produzindo regras e transgressões. Dessa perspectiva, o imaginário social é um dos elementos que regulamenta a vida em sociedade, tornando-se responsável pela distribuição de privilégios e punições. O imaginário social enquanto elemento capaz de exercer controle sobre a vida em sociedade legitima relações de poder assim como instituições que participam de um universo simbólico no qual estão representadas inúmeras disputas pela dominação do imaginário coletivo. BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: LEACH, Edmund et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

respeito à diversidade. Mais importante ainda: que o espaço da educação formal deve construir a ideia de que tais religiões não estão relacionadas apenas aos negros, e sim a toda sociedade brasileira.

Partindo dessa premissa, a aplicação dos questionários e a análise dos mesmos partiram da necessidade de dar voz àqueles que são os sujeitos na construção dos processos de ensino-aprendizagem. A análise sugere a importância de um aprimoramento teórico-metodológico para o ensino da cultura afro-brasileira, de maneira que possamos aprimorar o ensino de História para que o mesmo cumpra com seu papel na promoção da cidadania.

Autores, como Pedro Demo³, afirmam que uma educação de qualidade é composta de uma dimensão formal e política. Formal, pois precisa conhecer e utilizar a pesquisa e partir de seus pressupostos e rigores. Política no sentido de que professores e alunos que pesquisam produzem um tipo de conhecimento mais consistente, pois internalizam melhor e questionam com mais qualidade. O ensino associado à prática da pesquisa contribui, portanto, para a formação de sujeitos competentes e capazes de reelaborar e gerar conhecimentos inovadores. Fazer uso de fontes históricas variadas em sala de aula deve contribuir para o estímulo à pesquisa, mas principalmente para mostrar ao aluno que ele é um sujeito histórico capaz de atuar junto à sua realidade. Entendemos que tais questões precisam ser problematizadas no espaço da educação formal se realmente objetivamos uma prática pedagógica para a cidadania.

Tendo em vista a busca por valorizar a nossa riqueza cultural decorrente da ampla diversidade étnica, faz-se necessário a promoção de práticas pedagógicas capazes de desconstruir estereótipos amplamente arraigados no imaginário social brasileiro que comporta representações que mantêm uma perspectiva depreciativa acerca da cultura religiosa afro.

Para este artigo, entendemos as representações a partir da definição de Denise Jodelet⁴, que as compreende como uma necessidade do ser humano de adaptar-se, compreender e justificar seus posicionamentos no contexto histórico em que vive. Por não vivermos isolados e por compartilharmos tantas experiências, é que as representações são sociais e fundamentais para a nossa vivência. Elas são responsáveis por nos ajudar a definir de forma conjunta a diversidade cultural e social em que estamos inseridos e, assim, acabam tornando-se elementos importantes na produção e manutenção das identidades sociais. É preciso considerar

³ DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 2. ed. Campinas: Editores Associados, 1997.

⁴ JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Tradução: Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

ainda que as mesmas estão presentes principalmente nos discursos e são, pela sua relevância, uma perspectiva de análise importante para as ciências humanas. Contudo, muitas das representações arraigadas no imaginário social brasileiro são responsáveis por manter em circulação discursos e práticas depreciativas referentes às religiões afro-brasileiras.

Diante das inúmeras transformações sofridas na sociedade, tanto tecnológicas quanto sociais, o espaço escolar tem enfrentado desafios complexos. Um deles refere-se a como promover um educação para a diversidade, que gere, de fato, práticas de respeito em resposta ao crescente fundamentalismo de todo tipo: racial, de gênero e também religioso. Motivados por compreender como as leis de inclusão do ensino da cultura afro-brasileira têm surtido efeito na educação básica mineira, partimos para a aplicação de um formulário junto a 116 alunos de uma escola pública de ensino fundamental na cidade de Montes Claros, região norte do estado de Minas Gerais.

Nossa proposta consistiu em identificar qual nível de importância tem sido dada à cultura religiosa afro-brasileira no espaço da educação formal, no âmbito da disciplina História, de maneira que foi possível construir um perfil de como o ensino da História tem se adequando às diretrizes para o ensino da cultura afro-brasileira. Trabalhamos inicialmente com a hipótese de que a ausência de debate acerca de certos aspectos importantes na preservação da cultura tem gerado um estranhamento por parte dos alunos no que se refere ao tema.

Como já mencionamos, os formulários foram respondidos por 116 alunos do 9º ano do ensino fundamental. Tal opção se deu por entendermos que os alunos dessa etapa já cumpriram uma grade curricular que contempla o ensino da História do Brasil, da Colônia à República. Dessa forma, é de se esperar que esse segmento já tenha, em algum momento, contato com o debate acerca das religiões afro-brasileiras no seu dia a dia escolar e que tenha uma compreensão mais elaborada acerca do tema.

A proposta de análise buscou compreender, a partir do espaço da educação formal, atitudes que de alguma maneira comprometem o avanço de certos segmentos em direção à sua emancipação política e social. Ao estabelecermos uma noção de historicidade das ações humanas no contexto escolar, temos como foco a necessidade de contribuir com as reflexões que buscam o desenvolvimento de atitudes de respeito e compreensão com a diversidade e complexidade da temática que envolve o estudo sobre a cultura afro-brasileira na sala de aula.

As fontes foram analisadas buscando historicizar a questão da presença de discursos preconceituosos e a todo o momento tentamos captar como a atual concepção de ensino de História para a educação

básica, que tem como objetivo participar da construção da cidadania, tem sido vivenciada pelos alunos. Dessa forma, ao demonstrarmos as possibilidades de abordar a cultura afro-brasileira a partir de sua matriz religiosa, nos amparamos nos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares da Educação Básica, mais especificamente nos tópicos “Consciência política e histórica da diversidade” e “As ações educativas de combate ao racismo e a discriminações”, ficando determinado que:

A busca, da parte de pessoas, em particular de professores não familiarizados com a análise das relações étnico-raciais e sociais com o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, de informações e subsídios que lhes permitam formular concepções não baseadas em preconceitos e construir ações respeitadas [...] promovam-se oportunidades de diálogo em que se conheçam, se ponham em comunicação diferentes sistemas simbólicos e estruturas conceituais, bem como se busquem formas de convivência respeitosa⁵.

Fica implícito, segundo as determinações que orientam a abordagem da História da cultura africana na educação formal brasileira, que as possibilidades de abordagens são inúmeras. No entanto, é fundamental que todas elas sejam pautadas pela construção de representações positivas acerca da cultura afro e sua luta em busca de combateras práticas depreciativas e preconceituosas.

O imaginário social brasileiro abriga receios e inquietações quando o assunto é religião afro-brasileira. O espaço da educação formal não está alheio a isso. Muitas vezes mal interpretada devido ao “exotismo” ritualístico e mesmo devido a aspectos culturais de nossa formação fortemente influenciada por uma moral religiosa judaico-cristã, é perceptível a dificuldade que professores de História, em geral, têm em tratar do tema. Considerando a importância que a religião representou e ainda representa para a preservação de inúmeros aspectos da cultura afrodescendente, compreendemos que é fundamental que a temática seja abordada na educação formal com a profundidade, coerência e respeito à sua importância. No entanto, a análise dos dados apontou que tal aspecto tem sido pouco privilegiado no espaço em questão.

Para sustentar o nosso argumento de que o estudo de aspectos históricos das religiões afro-brasileiras é um importante viés a ser trabalhado na escola, nos apoiamos na literatura que buscou enfatizar os aspectos de preservação presentes nesse meio. Roger Bastide⁶, em 1975, apontou que a sobrevivência de religiões africanas no Novo Mundo foi uma consequência imprevista do tráfico de escravos. O autor afirma

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. p. 504-505.

⁶ BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975. 2 v.

que os costumes trazidos da África estavam fragmentados e desprovidos das instituições reguladoras que lhes davam sentido. Até meados do século XIX, o trânsito de africanos de inúmeras nações⁷ promoveu a conformação de um verdadeiro mosaico cultural em terras brasileiras. Bastide considera que a formação de uma sociedade afro-brasileira só foi possível a partir da reconstrução de novas instituições capazes de acomodar e dar sentido às inúmeras expressões culturais trazidas da África.

As primeiras expressões que buscaram promover essa reorganização teriam sido os batuques e posteriormente os calundus e candomblés. Pierre Verger⁸ apontou que os quilombos tornaram-se importantes espaços para o exercício dessa cultura. De forma complementar, o elemento religioso foi fundamental na construção de instituições que ressignificaram a cultura africana, promovendo aquilo que o autor define como a construção das identidades afro-brasileiras.

Por outro lado, Luis Nicolau Parés apurou que o fim do tráfico negreiro reduziu gradativamente o número de africanos em nosso território, cabendo aos seus descendentes, de denominações étnicas variadas, preservar hábitos e costumes de seus ancestrais. Para muitos pesquisadores, o Brasil ainda é a região, fora da África, que concentra e preserva em maior número as tradições milenares da cultura africana. Nesse sentido, as organizações religiosas foram as principais preservadoras de mitologias, hábitos alimentares, rituais e vocabulário oriundo dos dialetos que aqui se fundiram. No entanto, a intelectualidade que adquiriu essa consciência a partir da segunda metade do século XX nem sempre trabalhou com essas categorias de análise.

Como foi observado na citação retirada do livro *Sim, Sim! Não, Não!* e apresentada ao leitor na parte inicial deste artigo, ainda convivemos com a incompreensão. Contrariando os debates promovidos por intelectuais do porte de Roger Bastide, Pierre Verger e toda uma literatura especializada sobre religiões afro-brasileiras, ao analisarmos os questionários aplicados nos deparamos com uma realidade contemporânea na qual as representações depreciativas ainda alimentam o imaginário social de nossos estudantes.

⁷ Segundo Luis Nicolau Parés, em um estudo desenvolvido acerca da história da nação jeje no cenário religioso da Bahia após o fim do tráfico negreiro, progressivamente o termo nação deixou de designar indivíduos que compartilhavam uma mesma origem ou ascendência. Cada vez mais o conceito de nação passou a designar uma modalidade de rito e uma forma organizacional a partir de uma base religiosa. PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

⁸ VERGER, Pierre. *Orixás, os deuses yorubás na África e no novo mundo*. 4. ed. Salvador: Corrupio, 1992.

A motivação central que levou ao desenvolvimento deste trabalho se assenta na ideia de que, enquanto professores de História, precisamos nos esforçar para desconstruirmos as representações deturpadas desse segmento da sociedade tão mal compreendido e ao mesmo tempo tão relevante. Acreditamos que a omissão sempre favorece o opressor. Partindo dessa premissa, fizemos a nossa opção de propor o debate de ideias como alternativa para a construção de uma educação mais tolerante e inclusiva.

“Nunca ouvi falar de religiões afro-brasileiras”: a análise das fontes

A frase destacada no título deste tópico foi encontrada em alguns dos formulários aplicados junto aos pesquisados. O fato nos chamou a atenção em decorrência da insistência dos alunos(as) que, mesmo sendo orientados(as) a responder apenas o que foi solicitado, fizeram questão de enfatizar a sua posição por extenso no canto do questionário.

A batalha por respeito continua sendo ressignificada e travada na sociedade brasileira contemporânea. A prática docente não é isenta, e sempre que um professor elege alguns conteúdos e negligencia outros, isso torna um ato de poder. Ato que muitas vezes acaba por marginalizar uma religião que historicamente possui uma importância, mas que também historicamente foi alvo das incompreensões responsáveis por colocar em circulação discursos depreciativos, muitas das quais ainda permanecem cristalizadas no imaginário social brasileiro e precisam ser problematizadas no espaço da educação formal.

Ao serem perguntados se as religiões afro-brasileiras representavam alguma importância para a preservação da cultura, 68% dos alunos afirmaram que não. Seguindo nessa mesma linha, ao serem indagados se as religiões afro-brasileiras poderiam ser consideradas uma religião como qualquer outra, 52% afirmaram que não. Seguindo essa mesma direção, foi constatado que 70% dos pesquisados optaram por considerá-la pouco importante devido ao seu caráter de feitiçaria.

É importante reconhecermos que hoje se fala muito mais em cultura afro-brasileira que em outras épocas. No entanto, falar mais não é sinônimo de falar com qualidade. Segundo a Proposta Curricular da Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais, o ensino de História deve proporcionar o desenvolvimento do raciocínio histórico, e as práticas pedagógicas devem estimular a autonomia. É papel da escola proporcionar um espaço para debater a realidade brasileira e promover a construção de relações de respeito e valorização das múltiplas identidades.

Temos vivenciado um momento de intensos debates, mas é preciso estar atento à qualidade destes.

Os temas privilegiados por historiadores têm sofrido variações com o passar do tempo. Ser pesquisador do passado ou do presente, além de outras qualidades, sempre exigiu erudição e sensibilidade no tratamento das fontes, já que delas depende a construção de suas narrativas. O avanço tecnológico e principalmente da informática agilizou pesquisas quantitativas e seriais. A agilidade das comunicações alterou a concepção de tempo, de memória e até de realidade. A internet aproximou os homens em tempo real, inventou uma linguagem própria e diminuiu distâncias e diferenças, ampliando de forma considerável a concepção de fontes históricas. Portanto, mais do que nunca, pensar somente como fonte escrita o documento histórico é reducionista, pois o mesmo pode se apresentar de várias formas. Já há algum tempo as ciências humanas têm superado a visão de que as fontes falam por si, uma vez que estão imersas em intencionalidades.

A partir dessa premissa, entendemos que o uso de uma metodologia que tornasse possível ouvir aqueles que estão diretamente relacionados ao nosso objeto de pesquisa apresentou-se como uma possibilidade de dar voz aos que são o foco central deste trabalho. O desenvolvimento da análise implicou reconhecer a viabilidade de múltiplos quadros nos quais os problemas de pesquisa poderiam se inscrever. Foi a escolha do referencial teórico que determinou a abordagem, assim como os resultados da análise de nosso objeto. Coube-nos trabalhar as fontes tendo em vista a necessidade de direcionarmos nossa abordagem às perguntas que gostaríamos que fossem respondidas. Dessa forma, após traçarmos um perfil geral dos alunos, nos debruçamos sobre os aspectos mais específicos relacionados ao objeto de nossa análise. A pergunta que motivou a pesquisa foi: Que importância tem sido dada à cultura religiosa afro-brasileira no espaço da educação formal?

Para alguns, religião é um assunto que deve ficar restrito à esfera privada, não cabendo a sua problematização no espaço da educação formal. Contudo, pensar aspectos da formação cultural brasileira sem pensar os papéis exercidos pelos variados segmentos religiosos requer um exercício intelectual hercúleo. A título de ilustração, entendemos que seja pouco provável o desenvolvimento de uma análise coerente sobre, por exemplo, o Brasil Colônia sem levar em consideração a atuação missionária da Igreja Católica em nossas terras. Na História do Brasil, religião, política e práticas sociais sempre estiveram fortemente ligadas.

Partindo desse princípio, entendemos que pensar aspectos da cultura afro-brasileira a partir de sua matriz religiosa não configura um favorecimento ou uma inversão de preconceitos. É compreender que, de

fato, a mesma representou e ainda representa um importante papel na preservação da cultura de grupos tradicionalmente marginalizados na história brasileira.

Partindo desse princípio e com base nos dados levantados a partir da aplicação dos questionários, constatamos que no grupo pesquisado havia uma leve predominância do sexo feminino sobre o masculino. Foram identificados 51% de meninas e 49% de meninos, sendo que a quase totalidade dos alunos encontra-se na faixa etária dos 13 aos 15 anos. Apenas um indivíduo encontra-se acima dos 15 anos. O perfil desses alunos não difere, em grandes proporções, dos demais jovens de sua faixa etária. São adolescentes que fazem uso da internet como principal fonte para obter informações sobre os mais variados temas (92%), mas que, paralelamente, utilizam outros meios técnicos para obtê-las. A televisão foi elencada por 21% dos entrevistados, seguida por 19% que alegam que a escola é um dos principais meios para obter informações. Em último aparecem jornais e revistas, que somam juntos 7%.

Dessa forma, 78% dos entrevistados consideram-se parcialmente informados sobre os assuntos referentes à tolerância, enquanto 15% sentem-se totalmente informados, seguido por 7% de pouco informados. Interessante ressaltarmos que a maioria desses estudantes se considera minimamente informada sobre a temática referente à tolerância e que a escola não tem sido a principal fonte para a elaboração deste conhecimento. Por outro lado, a televisão é colocada em segundo lugar pelos alunos, o que é um aspecto para evidenciarmos, pois, quando o assunto é cultura religiosa afro-brasileira, a televisão muitas vezes reforça a reprodução de estereótipos que pouco contribui para a construção de representações coerentes com a realidade das religiões afro em nossa sociedade.

Discutindo acerca dos novos suportes de informação na escola, Flavia Eloisa Caimi e Bárbara Nicola⁹ apresentam um cenário contemporâneo em que a juventude é partícipe de uma cultura fragmentada. Uma espécie de colcha de retalhos em que, muitas vezes, os jovens têm muita dificuldade de unir fragmentos e construir um significado coerente com a sociedade em se encontra inserido. É importante compreendermos que, neste contexto, a forma como o ensino de História tem interagido com esse aluno multimídia tem deixado a desejar sobre vários aspectos.

No caso dos alunos pesquisados na cidade de Montes Claros, a análise apontou que os que dialogam com a aprendizagem e outros aspectos da vida social a partir de um referencial multimídia mudaram

⁹ CAIMI, Flavia Heloisa; NICOLA, Bárbara. *Os jovens, a aprendizagem histórica e os novos suporte de informação*. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 1, p. 60-69, 2015.

significativamente a sua relação com a escola. Os dados demonstraram que na perspectiva desses alunos a escola é mais um dos espaços para aquisição de informações, fato que, do nosso ponto de vista, precisa ser melhor referenciado, uma vez que entendemos que a escola não deve estar restrita à transmissão de informações, e sim um espaço para a construção do conhecimento e da autonomia intelectual por meio do debate de ideias e problematizações.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação é dever da família, da escola e da sociedade. Considerando que os adolescentes aqui pesquisados, entre 13 e 15 anos, têm obtido mais conhecimento por meio das mídias do que da própria escola, é natural a nossa curiosidade sobre qual a percepção dos alunos a respeito dos mesmos, mas também sobre que tipo de impressões os alunos carregam acerca de suas famílias quando o tema é religião afro-brasileira.

Ao serem perguntados sobre a cor de sua pele, 15% se autodeclararam negros, 30%, brancos e 57%, pardos. Perguntamos aos alunos qual seria a reação de sua família caso fossem convidados a participar de uma cerimônia religiosa de candomblé ou umbanda. Nesse quesito, 71% afirmaram que a família seria absolutamente contra, 20% responderam que a família seria parcialmente favorável, desde que houvesse a supervisão de um responsável, e 9% alegaram que a família seria totalmente favorável. Aqui fica evidente o papel primordial que o ensino de História deveria exercer na desconstrução de representações depreciativas. Se o aluno convive em um espaço familiar que compartilha visões depreciativas sobre tais grupos e este mesmo aluno informa-se muito mais por meios que nem sempre estão comprometidos com o debate de ideias e a desconstrução de estereótipos, espera-se que a escola exerça uma função problematizadora dessas questões, levantando debates consistentes em prol da igualdade nas diferenças.

Compreendemos que muitas vezes em decorrência de limitações teórico/metodológicas, muitos professores de História encontram dificuldades em buscar não só historicizar a questão do preconceito religioso em nosso país, como também não dispõe de fontes para realizá-lo. Por esse motivo e no intuito de sermos propositivos em nossa análise, e, em consonância com o que está previsto nas diretrizes que orientam o ensino de História na educação básica, sugerimos uma possibilidade de desenvolvimento do debate por meio do uso de fontes que tornem possível problematizar o preconceito em sala de aula.

As possibilidades de explorar questões que envolvem as religiões afro-brasileiras e manter uma proximidade com a realidade dos alunos são inúmeras. No entanto, temos observado que os estudos que discutem o preconceito costumam enfatizar o oprimido, nesse caso, ao levantar o

debate em sala de aula, o professor teria a possibilidade de sugerir uma reflexão acerca dos discursos construídos por aqueles que são responsáveis por estimular tais representações e colocá-las em circulação na sociedade. Dessa forma, será possível historicizar junto aos alunos o processo que levou à construção de tais visões, e ao mesmo tempo levá-lo a refletir acerca do meio em ele se insere.

Já na introdução deste artigo citamos o monsenhor Jonas Abib e seu *best-seller* proibido como possibilidade de os professores de História problematizarem o preconceito existente na sociedade brasileira. Mais uma vez, utilizaremos as palavras do monsenhor para ilustrar a nossa proposta:

Por que as finanças no Brasil vão mal? Por que há tanta corrupção, tanta depravação? Por que se corrompem as filhas lindas e os filhos maravilhosos do povo brasileiro? Porque infelizmente nossa nação continua insistindo nas misturas: no sincretismo. O Deus que purificou Gedeão quer nos purificar. Mesmo que fiquemos com apenas trezentos. Será o 1% fiel que vai salvar esta nação. Para a libertação do povo brasileiro não podemos admitir misturas. É preciso dizer não a toda forma de sincretismo. Precisamos salvar todos os nossos irmãos que vivem na ignorância: os que trouxeram essa cultura afro de seus ancestrais¹⁰.

Se for bem trabalhada, a fonte levanta inúmeras possibilidades de historicizar o preconceito frente as religiões afro-brasileiras. Emana da fonte um discurso que propõe uma espécie de desumanização simbólica, incutindo em tal prática certa legitimidade social, uma vez que parte de um membro de peso, representante de uma instituição legitimada socialmente. Esses discursos têm contribuído para a construção de uma cultura de discriminação que afirma categoricamente que o outro pode ser eliminado. Entendemos que é importante analisarmos com cautela tais discursos, pois o holocausto, assim como a escravidão negra, foi precedido de uma desumanização simbólica que desembocou em uma desumanização literal.

Considerando aspectos mais específicos, primeiramente a fala do autor aborda o tema da corrupção, questão muito pertinente ao momento atual. O monsenhor Jonas Abib afirma categoricamente que a corrupção e a má gestão das políticas públicas são consequências diretas do sincretismo. Tal temática não é uma novidade na história brasileira. Se analisarmos o pensamento predominante durante o século XIX, identificaremos figuras como o francês Joseph Arthur de Gobineu, que sugeriu que as misturas entre grupos étnicos distintos eram responsáveis

¹⁰ MOTA, F. A.; CALEIRO, R. C. A Renovação Carismática Católica e o discurso de exclusão e preconceito contra as práticas religiosas afro-brasileiras. *Revista Caminhos da História*, v. 11, n. 1, 2006. p. 110.

pela degenerescência e destruição de civilizações. Em busca dos ecos da fala de Abib no imaginário social brasileiro, é possível identificarmos que, durante o século XIX, houve a transição de um racismo de inspiração teológica – a maldição de Cam – para um racismo de origem biológica.

O discurso de Abib reestimula um racismo de origem teológica ao retomar uma passagem bíblica, no caso, a história de Gedeão, para justificar a eliminação daquilo que para ele representa uma impureza e a fonte de todo o atraso da sociedade brasileira: a cultura religiosa afrodescendente. O autor não para por aí, pois, para ele, somente promovendo a extinção daquilo que é desnecessário é que avançaremos, mesmo que para isso reste apenas 1% da sociedade brasileira. Desta forma, as consequências nefastas que a diversidade religiosa representa poderiam ser amenizadas, segundo Abib.

Trazer esse tipo de fonte para a sala de aula é uma forma de promover o debate de maneira que o aluno possa interagir com a fonte e construir uma noção de historicidade acerca da produção dos discursos. A fonte pode ser apresentada como uma ressignificação da teoria de branqueamento racial amplamente divulgada nas primeiras décadas da República. No entanto, esse tipo de abordagem requer que os professores estejam atentos ao que vem sendo produzido pela sociedade para fazer com que esses debates sejam problematizados e contextualizados. Neste sentido, a História goza de um *status* privilegiado justamente por estar em diálogo com as construções discursivas e as representações que circundam o imaginário social brasileiro. Cabe aos professores promover junto aos alunos a construção desse debate.

Grande parte dos professores que atuam no universo em que a pesquisa se desenvolveu declaram-se cristão. Apesar de não serem o objeto de nosso trabalho, por meio de interações informais decorrentes da própria dinâmica da pesquisa ficou clara a importância de considerarmos aspectos ideológicos da formação pessoal dos professores. Todos nós somos permeados de subjetividades que se fazem presentes no nosso fazer laborativo. Ao considerarmos um interdiscurso que retoma sentidos pré-existentes, partimos das matrizes de uma cultura religiosa afro-brasileira que, apesar dos avanços nos debates, ainda é representada em nosso imaginário social de forma depreciativa por alguns segmentos. Justamente nesse ponto reside nossa inquietação, pois a escola torna-se um espaço profícuo para captarmos aspectos acerca da manutenção de práticas e representações depreciativas desse elemento tão caro à preservação da cultura afro-brasileira.

É importante frisar que combater atitudes preconceituosas e trabalhar para a desconstrução das desigualdades em suas mais variadas esferas não é tarefa exclusiva da escola. As formas de discriminação de

qualquer natureza não nasceram na escola, porém o preconceito perpassa por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em um espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. No entanto, a análise das fontes sugere que é preciso considerar as limitações da classe docente acerca desse tipo de abordagem.

Segundo Eni Orlandi¹¹, considerar o espaço em que cada discurso foi produzido, assim como as instituições e os confrontos históricos nos quais se insere, leva à compreensão de que o discurso é lugar de embate. Além disso, os discursos têm como uma de suas funções submeter toda e qualquer força que venha ameaçar uma posição hegemônica. As condições de produção de um discurso fazem uso de formações imaginárias que são responsáveis por estabelecer hierarquias entre as posições de quem fala, assim como a do receptor. Ao estabelecermos uma noção de historicidade acerca das construções discursivas referentes às religiões afro-brasileiras, é notório que, no Brasil, a consolidação da modernidade e a eclosão de um modelo de Estado cunhado pelos valores burgueses pautaram-se em uma perspectiva de Estado laico em prol da retirada da religião do espaço público. A separação jurídica entre Estado e Igreja se deu em meados de 1891 com a promulgação da primeira Constituição republicana. Entretanto, as relações entre religião e sociedade não podem ser compreendidas meramente pelo viés jurídico/institucional. Paula Montero¹², em artigo intitulado “Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil”, destacou esse processo demonstrando o retraimento do catolicismo ao mesmo tempo em que houve um intenso debate acerca da legitimidade de certas manifestações culturais não cristãs. A exposição da autora levantou a questão de que a conformação do Estado republicano veio acompanhada de uma visão modernizadora e de uma série de medidas sanitárias que buscavam “organizar” o espaço público. Seguindo essa perspectiva de implantação de uma ordem pública moderna, a normatização de comportamentos alvejou as práticas religiosas afro-brasileiras. Criou-se, portanto, um padrão classificatório que não se restringiu à aplicação de normas aos espaços públicos.

Peter Fry¹³ (1982) afirma que nas primeiras décadas da República as práticas médico sanitaristas trouxeram à tona um discurso que nas

¹¹ ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2002.

¹² MONTEIRO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

¹³ FRY, Peter. Homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros. In: _____. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 54-86.

entrelinhas deixava a entender que, apesar do fim do padroado¹⁴, o discurso que por muito tempo foi produzido por instituições religiosas de matriz cristã agora tem um novo representante: a medicina. Não demorou para que essa concepção associasse os cultos afro-brasileiros a uma questão patológica, justificando inclusive a intervenção policial junto aos terreiros sob a alegação de que os mesmos praticavam o curandeirismo, ou seja, exerciam de forma irregular a prática da medicina.

É notório que o início do século XX caracterizou-se pelos avanços científicos pautados em pressupostos racionais, o que contribuiu para que o paradigma científico se consolidasse junto à sociedade ocidental e, claro, isso inclui a sociedade brasileira. Segundo acreditava-se, graças ao seu constante aperfeiçoamento, a ciência estaria se aproximando cada vez mais da verdade e do conhecimento total da realidade. Seu aval passou a ser fundamental para o enraizamento de certos tipos de discursos, muitos das quais perdurariam por muito tempo no imaginário popular preservando alguns dos inúmeros preconceitos que se manifestam na atualidade.

A sociedade não permaneceu alheia a toda essa efervescência. A mobilização de setores favoráveis e contrários a tais medidas saneadoras produziu um emaranhado de concepções acerca do que era religião, curandeirismo, feitiçaria ou charlatanismo. Dessa forma, os debates foram travados no campo jurídico/institucional, mas sobretudo no campo simbólico atravessando praticamente todo o século XX sem alterações significativas.

Ressaltamos que seria reducionista compreender as religiões afro-brasileiras unicamente como um espaço de culto religioso. Em toda a nossa história, desde a Colônia, tais práticas foram responsáveis pela preservação de tradições de inúmeros povos africanos que aqui desembarcaram, o que veio a torná-las um importante espaço de resistência e preservação desse mosaico cultural.

Seguindo com a análise dos dados, no espaço da pesquisa nos deparamos com uma realidade semelhante à que foi divulgada pelo Censo do IBGE sobre o perfil religioso da população brasileira¹⁵. Também

¹⁴ No decorrer da história do Brasil imperial, o tratamento não havia mudado muito já que, desde a colônia, o padroado garantia que as relações do Estado com a Igreja fossem de mutualismo. Portanto, africanos permaneceram tendo suas práticas consideradas heréticas e profanas. Entretanto, segundo Roger Bastide, a partir da “segunda metade do século XIX, o número de negros libertados vai aumentando, permitindo uma mais fácil solidificação das crenças africanas no novo habitat”. Porém, apesar desse desenvolvimento, o fim do século XIX e o início do século XX demonstrará que o imaginário depreciativo acerca de suas práticas ainda prevalecerá.

¹⁵ Segundo o censo do IBGE 2010, apesar da diminuição do número de fiéis, o catolicismo continua na primeira posição no *ranking* das religiões com maior quantidade de

entre os alunos há um predomínio de católicos, 62%, seguido por 32% de evangélicos. Nenhum dos participantes manifestou afinidade com o candomblé ou a umbanda, enquanto 6% afirmaram não se identificar com nenhuma das alternativas sugeridas.

Ao serem indagados acerca do ensino de aspectos históricos das religiões afro-brasileiras levantamos a seguinte questão: Seus professores de História já exploraram o tema em sala de aula? 58% afirmaram que não e 42% afirmaram que sim. De forma geral, os alunos reconhecem a presença de debates que buscam valorizar a cultura afro-brasileira no espaço da educação formal. Contudo, ao serem indagados de forma mais específica e pontual, percebe-se a inconsistência com que esse conhecimento tem se materializado. Perguntamos de forma direta se os alunos já haviam recebido alguma informação sobre as religiões afro-brasileiras nas aulas de História, e a resposta foi que 33% alegaram que sim e 67% afirmaram não ter recebido tais informações. Para serem perguntados de forma ainda mais objetiva, solicitamos que os entrevistados citassem o nome de pelo menos duas religiões afro-brasileiras. Um total de 68% afirmaram não saber o nome de nenhuma, outros 17% citaram o candomblé e 15%, a umbanda.

Ao analisarmos os dados referentes àqueles que afirmaram já ter recebido alguma instrução nas aulas de História acerca da cultura religiosa afro-brasileira, nos deparamos com o seguinte quadro: 95% não souberam sequer o nome de uma religião, apesar de terem afirmado que o tema já havia sido trabalhado nas aulas de História. Os outros 5% restantes oscilaram entre a umbanda e o candomblé. Ainda nesse grupo, apesar de a quase totalidade se declarar não preconceituosa e se considerar esclarecida sobre a importância das diferenças, 56% afirmaram não se interessar pela temática, pelo fato de pertencer a outro grupo religioso. Ao reformularmos a pergunta, 53% dos mesmos alunos que informaram já possuir algum conhecimento expuseram que seus professores nunca exploraram o tema em sala de aula.

Em resumo, estatisticamente parece não haver grande diferença entre os alunos que afirmaram não ter tido contato com a discussão e os que afirmaram que receberam essas informações. O nível de desconhecimento é elevado em ambos os casos. Dessa forma, entendemos que a abordagem da temática precisa ser desenvolvida de uma maneira tal que o aluno seja capaz de compreender a importância desse segmento da sociedade e também que problematize a questão do preconceito em nosso país como forma de identificar as nuances pelas quais tal prática

seguidores. Depois temos os evangélicos, espíritas kardecistas, religiões afro-brasileiras e outras religiosidades.

ecoou na sociedade brasileira. É perceptível a insegurança dos alunos para falar sobre o assunto assim como a dificuldade de construir um raciocínio mais bem elaborado sobre a importância dessas religiões para a preservação cultural em uma sociedade que quase sempre foi hostil a essas práticas.

Enfim, garantir vagas para negros nos bancos escolares é uma parte importante no processo de democratização da educação. A criação de leis que incluem o ensino da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas é fundamental para corrigirmos discrepâncias históricas na educação básica. Mas é preciso ir além. Valorizar devidamente a história e cultura afro-brasileira implica capacitar de forma adequada os profissionais que problematizam as questões acerca de sua cultura evitando a reprodução de estigmas.

Colônia, Império e República. Em cada um desses momentos da história brasileira vários mecanismos se consolidaram e contribuíram para a perpetuação de uma concepção deturpada das práticas religiosas afro-brasileiras. É inegável que, mesmo diante de toda a articulação que resultou na descaracterização de tais religiões, elas resistiram e mantiveram o seu viés de preservação étnico-cultural garantidor da manutenção de suas tradições.

Encerramos a nossa análise da forma como a iniciamos. Não intentamos construir uma imagem depreciativa dos professores de História, muito menos construir uma visão deturpada sobre a educação básica. Nossa abordagem é propositiva, entendemos as dificuldades que a temática levanta e compreendemos as limitações de muitos profissionais em decorrência de inúmeros aspectos. No entanto, para que os nós apresentados pela pesquisa sejam desfeitos, é necessário o empenho de todos. Somente dessa forma a educação formal se consolidará como um espaço essencial no processo de formação de nossa sociedade, abrindo caminhos para a ampliação da cidadania de forma inclusiva, democrática e plena.

Considerações finais

A atuação dos professores de História no ensino da cultura afro-brasileira busca a valorização de nossas raízes e o reconhecimento das relações sociais construídas ao longo dos séculos. Apesar de ser um tema em evidência, o mesmo ainda comporta silêncios que precisam ser debatidos e trazidos à tona de maneira que seja possível reconhecer que a cultura afro-brasileira é uma teia complexa e que a religião possui um peso considerável nos processos sociais de sua preservação. No entanto,

ainda se observa um padrão que, devido aos silêncios, colabora com a manutenção de preconceitos.

A presente pesquisa reitera a necessidade de uma prática docente que reconheça que o ensino de História tem uma missão formadora integral, e não fragmentada, como nos sugere a análise dos dados coletados. As conclusões a que chegamos com essa análise demonstram que existem lacunas no campo teórico-metodológico referente ao ensino da cultura afro-brasileira na educação básica em regiões como a pesquisada. Tal lacuna pode ser associada a um processo de formação deficiente que abrange de forma ampla tanto os recém-formados, em menor escala, quantos os profissionais que atuam na educação há mais tempo. O debate acerca da cultura religiosa de origem africana e outros grupos que, de forma preconceituosa, sublinhavam poucas linhas nos livros didáticos, juntamente com o desenvolvimento de práticas inclusivas, partiram de decisões políticas que trouxeram fortes repercussões pedagógicas. O impacto na formação de professores – que em muitas regiões ainda não têm recebido o suporte necessário para desenvolver os debates de forma ampla e adequada – tem refletido no ensino da temática.

A análise das fontes nos levou a concluir que, em meio à crise de identidades da contemporaneidade¹⁶ e à fragmentação do conhecimento adquirido pelos alunos por meios variados, há dificuldade na construção de concepções bem elaboradas sobre a importância da cultura religiosa afro-brasileira em nosso país. Neste momento em que o Brasil vivencia uma articulação entre discursos fundamentalistas das mais variadas espécies que acabam por estabelecer um padrão dicotômico de sociedade que nega a diversidade, o ensino de História na educação básica deveria estar munindo nossos jovens de instrumental teórico para compreender e refletir acerca da construção das representações preconceituosas. No entanto, a análise das fontes demonstrou que, apesar da existência da transmissão de conteúdo, o que é transmitido não tem gerado reflexão e conhecimento, ao contrário do que é estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Ficou claro que os alunos pesquisados estão chegando ao último ano do ensino fundamental sem sequer saber o nome de alguma religião afro-brasileira. Não que saber o nome seja fundamental, mas se estamos falhando em algo tão básico, o que dizer acerca de aspectos mais profundos sobre a temática? Se em pleno século XXI ainda temos alunos que chegam ao último ano da educação básica desconsiderando a

¹⁶ Stuart Hall afirma que o século XX vivenciou a dificuldade para elaboração de um tipo de identidade fragmentada perante uma realidade cada vez mais plural. A crise de identidade seria em decorrência das dificuldades que levaram os sujeitos a buscarem elementos capazes de auxiliá-los na busca pelo entendimento de si.

importância da cultura religiosa afro-brasileira, alegando que se trata de feitiçaria, é sinal de que precisamos rever nossas práticas. Após a conclusão da análise dos dados, uma reflexão nos inquietou. Recentemente, os meios de comunicação divulgaram a notícia de que uma criança foi apedrejada por estar trajando vestes cerimoniais de uma religião afro-brasileira. Isso teria acontecido se os agressores portassem o conhecimento e os valores humanos necessários para reconhecer a riqueza que a diversidade representa? Uma pergunta de difícil resposta, contudo, ao que parece, os discursos como os do monsenhor Jonas Abib têm surtido mais resultado do que as aulas de História.

Recebido em: 21 de outubro de 2015.

Aprovado em: 7 de maio de 2016.